

PÁG 2

Abraceel reforça pedido à Sefaz-SP e associadas compartilham como será o faturamento

PÁG 4

Associadas podem testar e simular parâmetros sobre monitoramento da alavancagem

PÁG 5

Mercado livre de energia elétrica cresce e já atinge negociações de R\$ 162 bilhões

PÁG 7

Em evento, Abraceel desmitifica barreiras para abertura completa do mercado de energia

PÁG 11

Conheça os novos critérios para autorização de comercializadores

PÁG 13

Abraceel na Mídia

PÁG 15

Curtas

PÁG 20

E o Congresso?

PÁG 22

Próxima Semana

↖ Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!



Abraceel reforça pedido à Sefaz-SP e associadas compartilham como será o faturamento

Matéria em 1 minuto:

- Associação enviou nova carta no dia 26.04 chamando a atenção do Fisco para o prazo de faturamento das empresas, pedindo urgência nos esclarecimentos da Portaria sobre ICMS;
- Associadas compartilharam formas distintas de faturar os casos em que o consumo for menor do que o contratado;
- Prazo para resposta à consulta tributária é até o dia 18.05, quando será planejada nova reunião para discutir o tema.



Tempo de leitura:

2 minutos

No dia 29.04, as associadas da Abraceel se reuniram em reunião do Grupo Técnico, com a presença de 270 participantes, para alinhamento sobre as ações da Abraceel com relação às tratativas com a Sefaz-SP e para compartilharem como pretendem seguir com o faturamento, dada as dúvidas operacionais sobre a Portaria.

As tentativas de contato com a Sefaz-SP não são recentes, e desde antes da publicação da Portaria, em 12.03, a Abraceel vem solicitando aproximação com o Fisco paulista. Foi feito o protocolo de consulta tributária em 18.04, detalhando as dúvidas e dificuldades operacionais das associadas com a nova sistemática de tributação de ICMS no Estado, e o prazo para resposta é de 30 dias.

No dia 26.04, a Associação enviou [nova carta](#) à Sefaz-SP solicitando urgência nos esclarecimentos, dado o prazo para faturamento do consumo de abril que consta na regulamentação setorial, até o 6º dia útil do mês subsequente.

Na reunião com as associadas, Frederico Rodrigues explicou que a Abraceel não poderia manifestar uma diretriz a ser seguida, mas que o fórum seria uma boa oportunidade para compartilhamento do procedimento a ser adotado pelas empresas. As discussões foram centradas no caso de consumo menor do que o contratado. Para algumas empresas, o faturamento deve ser em duas notas fiscais separadas, uma com ICMS sobre o consumo efetivo e outra sem ICMS sobre o restante não consumido. Para outras, o faturamento será em uma nota fiscal apenas, com ICMS sobre o total contratado. O argumento nesse caso é de que seria uma forma mais conservadora de tributação, com menor risco fiscal para a comercializadora.



Outros aspectos foram discutidos, como a responsabilidade para informar o efetivo consumo, em que algumas empresas irão aditivar seus contratos para deixar explícita a responsabilidade sobre essa declaração. Ainda, foi discutido sobre o tipo de ICMS, e a maioria concordou que, apesar de a natureza do diferimento ser de ICMS-ST, no momento do recolhimento do imposto ele se torna ICMS próprio.

Por fim, foi questionado como os consumidores, a princípio, os maiores afetados, estão tratando a questão. A Abraceel informou que em contato com as associações representativas do consumo não foi possível extrair nenhuma atuação mais direcionada dos consumidores em relação ao assunto. A Abraceel planejou uma nova reunião do Grupo Técnico sobre o tema, quando da resposta da Sefaz-SP para analisar o que se sucedeu após o faturamento e os esclarecimentos da Secretaria.



Associadas podem testar e simular parâmetros sobre monitoramento da alavancagem

Matéria em 1 minuto:

- Programa executável desenvolvido pela Volt Robotics e Elekto está disponível para as associadas simularem parâmetros de monitoramento de alavancagem e garantias financeiras;
- Comentários e sugestões poderão ser enviados para a Abraceel até o dia 06.05 e são importantes para oferecer uma contribuição robusta às consultas públicas em aberto da Aneel;
- Grupo Técnico se reúne no dia 12.05 para consolidar a contribuição da Abraceel.

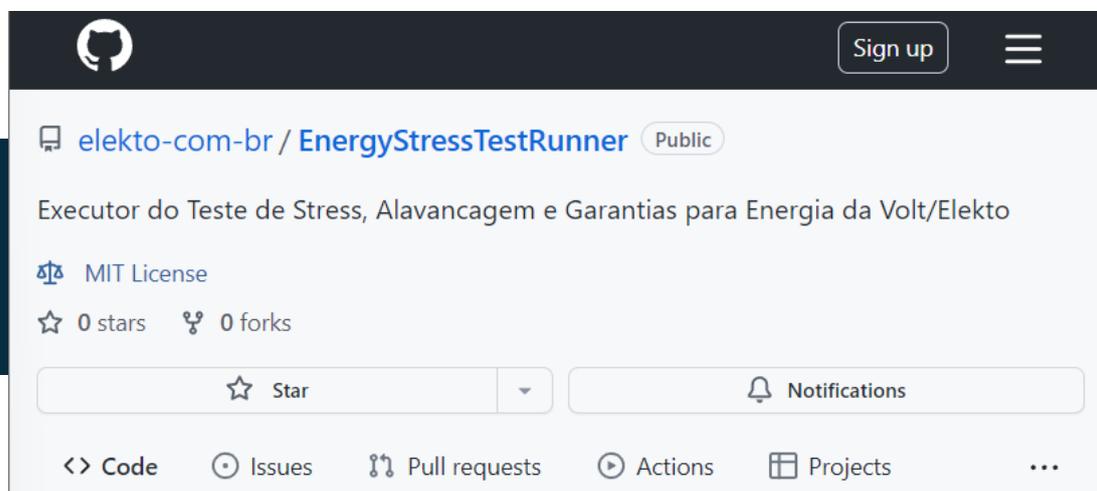


Tempo de leitura:
3 minutos

A Abraceel reforça o pedido para que as associadas testem o [sistema executável](#) desenvolvido pela Volt Robotics e Elekto para simulações do cálculo do risco e dos fatores de alavancagem, permitindo que cada empresa simule os parâmetros conforme deseje.

Sugestões de parâmetros e comentários em relação ao tema poderão ser enviadas para a Abraceel até o dia 06.05, próxima sexta-feira, para serem avaliadas como contribuição da Abraceel na Consulta Pública 11/2022 da Aneel que versa sobre monitoramento de alavancagem.

Na sequência, no dia 12.05, às 10h, a Abraceel realizará reunião do Grupo Técnico para apresentar e discutir sua contribuição às consultas públicas de monitoramento e garantias financeiras. As informações de acesso foram enviadas por e-mail.



Mercado livre de energia elétrica cresce e já atinge negociações de R\$ 162 bilhões

Matéria em 1 minuto:

- Versão anual do Boletim Abraceel da Energia Livre revela que, mesmo diante de crises como pandemia e escassez hídrica, ambiente de contratação livre registrou bom desempenho em 2021;

- Resultados setoriais positivos estão refletidos em indicadores como faturamento, quantidade de consumidores e volume de energia movimentada;

- Em 2021, 48% de toda a produção elétrica oriunda de fontes renováveis – eólicas, solares, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas – foram destinadas ao ambiente livre.



Tempo de leitura:
2 minutos

O mercado livre de energia elétrica registrou forte crescimento em 2021, desempenho refletido em indicadores como faturamento, quantidade de consumidores e volume de energia movimentada. O ambiente de contratação livre também tem sido o principal vetor do desenvolvimento de energias de fontes renováveis, impulsionando a transição energética e a economia de baixo carbono. As constatações surgem na versão anual do Boletim Abraceel da Energia Livre, referente ao desempenho do setor em 2021.

No ano passado, os agentes do mercado livre registraram faturamento recorde, com negociações de R\$ 162 bilhões, crescimento de 32,8% em relação aos R\$ 122 bilhões negociados em 2020. Esse faturamento, importante ressaltar, é livre de impostos, encargos e tarifas de uso do sistema de transmissão e distribuição, sendo resultado exclusivamente das negociações realizadas na compra e venda da energia elétrica no mercado livre.



O mercado livre de energia passou a responder por 34% de toda a eletricidade consumida no Brasil, contra 32% em 2020. Isso se deve, principalmente, ao ingresso de 5.407 unidades consumidoras nesse ambiente, um aumento de 25% no último ano.

Mercado livre impulsionando energias renováveis

Em rota de crescimento, o mercado livre de energia tem se mostrado o principal incentivador do desenvolvimento de fontes renováveis, em linha com as preocupações globais de descarbonização da economia. Em 2021, 48% da produção elétrica oriunda de fontes renováveis – eólicas, solares, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas – foram absorvidas no ambiente livre. Essa parcela já foi de 42% em 2020 e de 41% em 2019. No ano passado, o mercado livre foi destino de 74% da energia gerada por usinas a biomassa, 57% de PCHs, 38% de eólicas e 19% de solar.

Confira a íntegra dos números do mercado livre para o ano de 2021 [aqui](#).



Em evento, Abraceel desmitifica barreiras para abertura completa do mercado de energia

Matéria em 1 minuto:

- Rodrigo Ferreira contextualiza fatos e corrige informações distorcidas que buscam retardar a extensão do direito de escolha a todos os consumidores brasileiros de energia elétrica;
- Estudos e evidências apresentados desmitificam as ponderações contrárias à abertura do mercado de energia;
- Deputado federal Danilo Forte (União-CE), presidente da Frente Parlamentar de Energia Renovável, defende a liberalização do mercado e aponta potencial do setor elétrico para redução da desigualdade e pobreza.



Tempo de leitura:
2 minutos

Contra mitos, apenas números e evidências. Foi com essa estratégia que a Abraceel, representada por Rodrigo Ferreira, participou de evento realizado pela associada 2W Energia no dia 25.04 para desmitificar argumentos que buscam retardar ou impedir a abertura do mercado de energia elétrica para todos os consumidores no Brasil. O 2W Day teve presença de cerca de 150 pessoas em São Paulo, além de mais de 600 visitantes em [transmissão online](#).

No painel, que contou ainda com a participação do deputado federal Danilo Forte (União-CE) e Rose Santos, conselheira da CCEE, Rodrigo apresentou informações do desempenho do mercado livre de energia e contextualizou “mitos e falácias” que costumam surgir para manter reservas de mercado.



O Presidente Executivo da Abraceel rebateu argumentos falaciosos, que questionam fatos que já foram superados há muito nas economias mais desenvolvidas do planeta, tais como o mercado livre não garantir a expansão da oferta de energia elétrica, não oferecer confiabilidade e segurança no suprimento e que seria necessário realizar investimentos volumosos para instalar medidores inteligentes para que o consumidor seja livre, entre outros.

Após as explicações, dialogando com o deputado Danilo Forte, Rodrigo defendeu a aprovação do PL 414/2021 em tempo hábil para que a sanção presidencial possa ocorrer ainda no primeiro semestre. “A abertura não é importante só para a Abraceel e os consumidores, mas para o Brasil”, concluiu, informando que boa parte do mundo já tem um mercado de energia liberalizado.

Mitos que atrasam o direito de escolha do consumidor há mais de 18 anos

MITO 1: MERCADO LIVRE NÃO ASSEGURA A EXPANSÃO DA GERAÇÃO

Mais de 72% da capacidade das usinas de geração em construção no Brasil está sendo viabilizado para atender o mercado livre de energia elétrica. Isso representa mais de R\$ 100 bilhões de investimentos até 2025, apenas em geração.

Não para por aí. Dados exclusivos do BNDES e do Banco do Nordeste demonstram o protagonismo das comercializadoras nessa expansão. Do total dos projetos eólicos e solares financiados pelo BNDES entre 2018 e 2020, 47% foi suportado por comercializadoras.

MITO 2: MERCADO LIVRE NÃO ASSEGURA CONFIABILIDADE DO SISTEMA

Três fatos ajudam a entender corretamente essa questão. Primeiro, as usinas que vendem a produção no mercado livre de energia elétrica – hidrelétricas, PCH, biomassa, eólicas e solares, entre outras – são complementares e fundamentais para a segurança do abastecimento.

Segundo, o mercado livre de energia subsidiou econômica e financeiramente todos os grandes projetos hidrelétricos estruturantes construídos nos últimos 15 anos via um modelo de leilão que privilegiava o mercado cativo.

Terceiro, a Lei 14.120/2020 criou o mecanismo de contratação de reserva de capacidade na forma de potência cujo custo é rateado por todos os consumidores, inclusive os livres. Ou seja, o mercado livre é e continuará sendo fundamental para a confiabilidade do sistema.

MITO 3: SERÁ NECESSÁRIO GASTAR MUITO EM INFRAESTRUTURA PARA ABRIR O MERCADO

O direito do consumidor de migrar para o mercado livre pode ocorrer imediatamente, com base na rede de distribuição existente, e independentemente do investimento na substituição de medidores eletromecânicos por modelos digitais. O medidor inteligente é benéfico para que o consumidor tenha acesso a diversos produtos e serviços, mas não é uma pré-condição para o direito de escolha.

O mercado britânico, por exemplo, está há 20 anos liberalizado e apenas 50% dos medidores são inteligentes. Além disso, muitos países abriram totalmente seus mercados quando nem existia o conceito de medidor inteligente. A migração para o mercado livre é a opção do consumidor por um novo modelo comercial que não altera o fluxo físico da energia elétrica, não requerendo assim novos investimentos na infraestrutura de distribuição.



MITO 4: A ABERTURA DO MERCADO DEPENDE DE LEI

A legislação brasileira já permite a abertura completa do mercado de energia elétrica. O Art. 15 da Lei 9.074/1995 deu ao Poder Executivo o comando para diminuir, oito anos após a sanção, os limites de carga para que os consumidores tenham o direito de escolher o fornecedor de energia.

Isso significa que o mercado de energia poderia estar já liberalizado desde julho de 2003 com a publicação de uma simples portaria do Ministério de Minas e Energia. Foi com essa prerrogativa, inclusive, que foram editadas as Portarias MME 514/2018 e 465/2019 que reduziram os limites de migração ao mercado livre. Hoje, dia 29/04/2022, o atraso na abertura irrestrita do mercado de energia completa no Brasil 18 anos, 9 meses e 22 dias.

MITO 5: A ABERTURA DEVE SER LENTA E GRADUAL PARA PROTEGER OS CONSUMIDORES

O mercado livre de energia elétrica está acessível a apenas 0,029% das unidades consumidoras do país, que compraram energia elétrica 30% mais barata que as tarifas reguladas nos últimos anos. Além disso, pesquisas anuais do Ibope e Datafolha mostram que oito em cada dez brasileiros desejam ter liberdade para escolher seu próprio fornecedor de energia, indicador que cresce ano após ano. Aliás, sete em cada dez brasileiros trocariam seu fornecedor se pudessem.

Hoje o Brasil ocupa o 51º lugar entre 56 nações que compõem o ranking internacional de liberdade de energia elétrica. Diversos países, inclusive, abriram totalmente seus mercados há mais de uma década, não existindo qualquer razão para o Brasil continuar na rabeira do mundo nesse quesito.

MITO 6: A ABERTURA VAI DEIXAR CUSTOS ALTOS PARA O CONSUMIDOR REGULADO

A perspectiva de liberalizar o mercado de energia inclui preocupação entre todos no setor elétrico: o que fazer com hipotéticas sobras contratuais de energia, que poderiam gerar custos para quem decidir não migrar. Mas há três decisões governamentais próximas, envolvendo contratos de energia de Itaipu, Eletrobras e térmicas perto do vencimento, que podem reduzir 31% do ‘estoque de contratos de energia’ das distribuidoras, evitando eventual ônus aos consumidores. Assim, se materializado, o custo seria de aproximadamente R\$ 0,05 por MWh até 2035, valor amplamente compensado pelos benefícios da abertura: R\$ 210 bilhões em redução de gastos com energia e 460 mil empregos.

MITO 7: A SOBRA DE ENERGIA DECORRENTE DA ABERTURA GERA PREJUÍZO AOS CONSUMIDORES

As distribuidoras têm mecanismos para reduzir hipotéticas sobras de energia e o setor caminha em sentido correto de dar maior flexibilidade e liberdade nessa gestão. Além disso, a sobra de contratos de energia nem sempre significará ônus para os consumidores. Isso dependerá sempre de dois preços: o valor de compra dessa energia por parte da distribuidora e o valor de venda desta mesma energia no mercado de curto prazo, onde o PLD – Preço de Liquidação de Diferenças – é o parâmetro.

Isso poderia ter ocorrido nos últimos dez anos. Se as regras para liberalização completa do mercado de energia estivessem vigentes, o consumidor poderia ter recebido abatimento de R\$ 10 bilhões por ano nos últimos nos gastos com energia elétrica.

Deputado Danilo Forte: “PL 414 é uma necessidade”

O deputado federal Danilo Forte (União-CE), presidente da Frente Parlamentar de Energia Renovável, foi debatedor do 2W Day, ao lado do Presidente Executivo da Abraceel. O parlamentar enfatizou que as energias limpas, sobretudo solar e eólica, têm transformado a realidade do Nordeste. Em todos os municípios em que há parques eólicos, disse Forte, há uma mudança significativa do IDH, “de no mínimo 23%”, o que é vetor importante para diminuir o desequilíbrio regional em uma região que concentra um terço da população brasileira, mas é responsável por menos de 14% da riqueza nacional.

“O caminho que temos é a energia renovável, vento e sol, que temos em abundância, e com isso podemos mudar toda uma história econômica”, disse. Após enfatizar a importância das duas fontes para a superação da crise hídrica em 2021, quando o Nordeste injetou “mais de 20 GW de energia eólica e 5 GW de energia solar” no sistema, Danilo Forte demonstrou apoio ao PL 414/2021, que ele traduziu como “uma necessidade” por trazer regras para a liberalização do mercado de energia nacional. “Não tenho dúvida que isso vai ajudar muito na diminuição do preço e contribuir para o Brasil entrar numa agenda de produtos verdes”, afirmou.





Conheça os novos critérios para autorização de comercializadores

Matéria em 1 minuto:

- Aneel publicou a Resolução 1.014/22 com os novos critérios de entrada, manutenção e saída dos agentes do mercado de energia;
- Empresas com patrimônio líquido de R\$ 10 milhões serão classificadas como comercializadoras tipo 1, sem limite de registro mensal. Já empresas com capital social de R\$ 2 milhões serão classificadas como comercializadoras tipo 2 e terão limite de registro de contratos de venda até 30 MWmed;
- O desligamento dos agentes será realizado na primeira não efetivação de contratos, conforme pleiteado pela Abraceel.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Resolução Aneel 1.014/22 foi publicada no dia 25.04, com novos critérios de entrada, manutenção e saída dos agentes do mercado de energia. Com ênfase nas alterações que impactam as comercializadoras, apresentamos a seguir síntese dos novos critérios.

Critérios de Entrada (vigentes a partir de 30.04.2023)

- A comercializadora que desejar operar no mercado sem limite de registro de contratos na CCEE deverá comprovar patrimônio líquido de R\$ 10 milhões, sendo classificada como tipo 1;
- As classificadas como tipo 2 deverão comprovar capital social integralizado de R\$ 2 milhões, todavia vão possuir limite para registro de venda mensais de 30 MWmed na CCEE;
- Será solicitada, além dos itens previstos na REN 1.011/22, certidão de antecedentes criminais dos sócios pessoa física;
- Será condicionada a emissão de parecer opinativo da CCEE ao pagamento de débitos deixados por outra empresa atrelada por sociedade; e
- Será permitido que comercializadoras tenham nomes semelhantes desde que estejam no mesmo grupo econômico.

Critérios de Manutenção (vigente a partir de 30.04.2023)

- Para as comercializadoras tipo 1 deverá ser comprovado anualmente o patrimônio líquido de R\$ 10 milhões para permanecer na classificação, caso contrário será classificada como tipo 2;
- Apresentar anualmente, além das exigências dispostas na REN 1.011/22, informações financeiras auditadas, balancetes assinados por contador responsável ou auditados;





- Será realizada revalidação da autorização em caso de alteração na composição societária.

Critérios de saída (vigente a partir de 31.07.2022)

- O desligamento dos agentes será realizado na primeira não efetivação de contratos;
- O não envio das informações solicitadas, a qualquer tempo, pela área de monitoramento da CCEE, incluindo a recusa do agente em participar de reuniões com a CCEE, enseja desligamento.

Por fim, a Resolução Aneel 1.014/22 estabelece o prazo de até 60 dias da sua publicação para que a CCEE altere os Procedimentos de Comercialização, de forma a adequá-los.





ABRACEEL NA MÍDIA



PROJETOS ATRAEM INVESTIDOR ESTRANGEIRO

I Valor Econômico

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

Guerra traz oportunidades

Conflito na Ucrânia acelera transição energética no mundo e chance de assumir papel relevante, desde que equacione a a mercado

Por Roberto Rockmann

28/04/2022 06h55 - Atualizado há um dia

GUERRA TRAZ OPORTUNIDADES

I Valor Econômico

[Veja a matéria completa clicando aqui.](#)

Adesão lenta e gradual

Estudos apontam que 63 milhões de consumidores pode novo ambiente, mas a expectativa é de uma curva suave e mesmo com a abertura total

Por Vladimir Goitia

28/04/2022 06h58 - Atualizado há um dia

ADESÃO LENTA E GRADUAL

I Valor Econômico

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

Abertura do mercado livre vai ajudar país a desenvolver ativos verdes, diz deputado



Autor
Camila Maia

Publicado
25/Abr/2022 20:20 BRT

Categoria
Mercado livre

ABERTURA DO MERCADO LIVRE VAI AJUDAR PAÍS A DESENVOLVER ATIVOS VERDES, DIZ DEPUTADO

I MegaWhat

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





ABRACEEL NA MÍDIA

broadcast

ECONOMIA & MERCADOS 28/04/2022 12:13

**ESPECIAL:
CONTRATAÇÃO DE
TERMELÉTRICAS
PREOCUPA O SETOR**

**ESPECIAL: CONTRATAÇÃO DE
TERMELÉTRICAS PREOCUPA O SETOR**

| Broadcast

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

TRIBUNA DO NORTE



Artigos

Gás Natural: o caminho para a liderança potiguar

Publicado: 00:00:00 28/04/2022

Atualizado: 23:26:41 - 27/04/2022

Adriano Lorenzon e

**GÁS NATURAL: O CAMINHA PARA A
LIDERANÇA POTIGUAR**

| Tribuna do Norte

[Veja a matéria completa clicando aqui.](#)

(re)energisa

CONTEÚDO DE MARCA

**Projeto no Acre mostra revolução
baterias no acesso à eletricidade e
remotas**

Fornecendo energia limpa com tecnologia avançada e baix

**PROJETO NO ACRE MOSTRA
REVOLUÇÃO DAS BATERIAS NO ACESSO
À ELETRICIDADE EM ÁREAS REMOTAS**

| Valor Econômico

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





CURTAS

Elisa Bastos e Christiano Vieira na diretoria do ONS

Em Assembleia Geral do ONS, Elisa Bastos foi aprovada para a Diretoria de Assuntos Corporativos, em substituição a Jacônias de Aguiar, e Christiano Vieira para a Diretoria de Operação, na vaga de Sinval Gama. Ambos foram eleitos por unanimidade e com mandato iniciando em 17.05 por um período de quatro anos, até 2026. Com isso, a diretoria do Operador terá a seguinte composição: Luiz Carlos Ciochi, diretor-geral; Marcelo Prais, diretor de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios; Alexandre Nunes Zucarato, diretor de Planejamento; Elisa Bastos, diretora de Assuntos Corporativos e Christiano Vieira como diretor de Operação.



Abraceel no seminário internacional da Aneel

No dia 05.05, das 9h às 18h, o Presidente Executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, participará do seminário internacional “O Futuro do Consumidor de Energia Elétrica” organizado pela Aneel. O objetivo é avaliar os reflexos da modernização da regulação do setor elétrico e a abertura do mercado, promovendo discussões

acerca de experiências internacionais, tecnologias disponíveis, mudanças comportamentais dos consumidores e perspectivas de fornecimento de novos serviços. O evento contará também com a presença do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, do Ministro da Justiça, Anderson Torres, do deputado federal e relator do PL 414/2021, Fernando Filho (UNIÃO-PE), e dos diretores da Aneel, entre outros. A Abraceel é a única associação setorial presente no evento. Para inscrições e programação completa acesse [aqui](#).



Integração energética na América Latina em pauta

No dia 27.04, a Abraceel se reuniu com Celso Torino, Túlio Alves e Márcio Ridolfi, membros da Comissão de Integração Energética Regional (CIER), para discutir uma pauta comum de trabalhos que vida estimular e promover uma maior integração energética na América Latina. Abraceel e CIER estão buscando maior aproximação para fomentar o comércio internacional de energia, principalmente no Cone Sul. Novos encontros estão previstos para avanço da parceria, tendo a CIER convidado a Abraceel para partici-



par do “III Seminário Internacional sobre Transformação da Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e sua Regulação”, que será realizado nos dias 27 e 28 de julho em Bogotá, Colômbia.



Abraceel e CNN Brasil avaliam oportunidades

Abraceel e CNN Brasil realizaram reunião no dia 27.04 para avaliar oportunidades nas áreas editorial e institucional. Participaram do encontro Américo Martins, vice-presidente de Conteúdo da CNN Brasil, e Helga Franco, diretora de Relações Institucionais do grupo de mídia. Foram explicados os recentes movimentos em torno do PL 414/2021 e da abertura completa do mercado de energia elétrica no Brasil, além de fatos que mostram a dimensão do ambiente de contratação livre. Esse foi o segundo encontro da Associação com emissoras de televisão para discutir os benefícios do mercado livre de energia. No dia 13.04, houve encontro similar com Marcello D’Ángelo, diretor de Relações Institucionais do Grupo Bandeirantes.

Entre no grupo de informes da Abraceel no WhatsApp

A Abraceel possui um grupo no WhatsApp para o envio de comunicados em primeira mão às associadas. Os profissionais das empresas associadas que desejem ingressar nesse grupo devem escrever para abraceel@abraceel.com.br e informar o número de celular.



Abraceel participa de podcast sobre transição energética

No dia 26.04, Rodrigo Ferreira participou da gravação do podcast Machado Meyer para debater transição energética, mercado livre de energia e a agenda do setor elétrico. Assim que o episódio for ao ar, o acesso será disponibilizado a todos.

MVE negocia 54,30 MW med com entrega no segundo semestre de 2022

O Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) de abril foi processado no dia 26.04. No certame foram negociados 54,30 MW-med de energia convencional, na modalidade de preço PLD+spread, com início de suprimento em julho deste ano e vigência de seis meses. Para mais informações, clique [aqui](#).

MME responde a Abraceel sobre GT de recuperação dos reservatórios

Em resposta à [carta enviada](#) pela Abraceel que pediu transparência em relação às atividades a serem realizadas pelo Grupo de Trabalho do CNPE sobre recuperação dos reservatórios, o MME informou a publicação da Resolução 2/2022 do conselho no dia 26.04. O MME apontou que havendo oportunidade e viabilidade, o coordenador do GT convidará representantes de associações para participar de reuniões e que será avaliada a participação da Abraceel nos debates. Com relação à transparência das atividades, foi pontuado que as ações do conselho são regularmente noticiadas nos canais oficiais de comuni-

cação do MME. Para acessar a resolução na íntegra, clique [aqui](#).

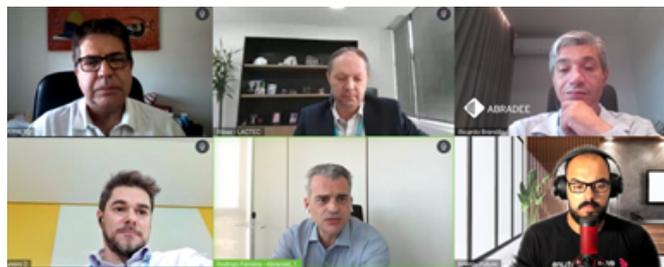
MME e CCEE firmam acordo para investir em estudos e projetos

O MME firmou convênio com a CCEE para investir R\$ 33 milhões na realização de quatro projetos envolvendo consultorias, estudos e serviços técnicos destinados a reforçar a capacidade de monitoramento e controle do setor de energia. Os quatro projetos são: (i) modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico brasileiro, (ii) implementação do simulador do motor de cálculo para execução das regras de contabilização do setor elétrico nacional, (iii) evolução da arquitetura de integração da CCEE com a definição de uma nova plataforma de integração B2B, e (iv) estudo sobre a formação de preço por oferta em diversos países. Os trabalhos serão realizados por meio do Projeto Meta, conduzido pelo MME, decorrente do acordo de empréstimo do ministério com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Para acessar o documento do convênio, clique [aqui](#).

Abraceel presente no Energy Future para debater a portabilidade da conta de luz

No dia 26.04, Rodrigo Ferreira participou do evento da Energy Future, plataforma de inovação do setor elétrico, para debater o PL 414/21, os pontos positivos para o ambiente de comercialização de energia e a regulação em prol da inovação do se-

tor. Além de Rodrigo Ferreira, estiveram presentes o conselheiro Marcelo Loureiro da CCEE, o fundador da Confraria da Inovação, Tenorio Barreto, o head do Energy Future, Apolo Lira, o diretor comercial da Lactec, Carlos Eduardo Ribas, e o diretor de regulação da Abradee, Ricardo Brandão.



Melhorias na modelagem do São Francisco

CCEE e o ONS informam que passarão a considerar o aplicativo Método de Propagação de Vazões (MPV) para a propagação das vazões do rio São Francisco a partir do PMO de junho de 2022, substituindo o executável Cálculo e Previsão de Vazões Incrementais e Naturais a Sobradinho (CPINS). O aplicativo foi desenvolvido com o objetivo de aprimorar os processos operacionais de acompanhamento e previsão hidrológica e opera de forma reprodutível pelos agentes, pretendendo contribuir para a evolução da tecnologia utilizada. Sendo assim, já no PMO de maio passarão a ser divulgados no SINtegre e CT PMO/PLD os decks para execução do MPV em processo sombra e entrada em operação oficial no PMO de junho de 2022.

Abraceel solicitará posicionamento da ANP para evitar conflitos de competências no gás

Por constatar que está havendo conflito de competências entre as regulações estadu-

ais e a federal que versam sobre o mercado livre de gás natural, a Abraceel enviará carta à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com cópia para o coordenador do Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás (CMGN), solicitando posicionamento do regulador federal. Na carta estão explicitados os principais pontos em que as regulações estaduais extrapolam sua competência. Quaisquer contribuições e alterações ao texto pelas associadas poderão ser encaminhadas para o email do gt@abraceel.com.br até o dia 06.05.

CPAMP finalmente publica contribuições dos agentes

A CPAMP publicou relatório com a análise das contribuições à CP 121/2022 do MME, que tratou das alterações nos modelos computacionais, bem como a íntegra das contribuições individuais dos agentes. Tal providência seguiu-se a pedido feito em carta do FASE, enviada em 14.04, que contou com apoio da Abraceel e na qual foi solicitada maior publicidade e transparência nas deliberações da Comissão. O relatório está disponível no [link](#).

Abraceel se reúne com grupo de investidores

No dia 28.04, a Abraceel se reuniu com o grupo de investidores relacionados à associada Itaú para debater sobre a agenda do mercado de energia e a tramitação do PL 414/2021, que dispõe sobre a portabilidade da conta de luz.

Abraget e Abraceel discutem térmicas da Lei 14.182

No dia 28.04 a Abraceel se reuniu com a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget) para fazer uma análise conjunta dos projetos térmicos previstos na lei 14.182/2021.

A Abraceel iniciou a discussão pontuando que há absoluta clareza sobre os benefícios, os atributos e o importante papel da termelétricidade para o sistema, mas ressaltou as críticas sobre a contratação compulsória prevista na Lei 14.182. Assim, ponderou que a reunião visava estreitar a relação e ampliar a colaboração entre as duas associações. Como pauta orientativa, pretendia-se discutir, entre outros tópicos, a dúvida sobre a forma de contratação de tais empreendimentos, se na modalidade reserva, custos rateados entre todos os consumidores, ou contratos por disponibilidade; a integração com o novo mercado de gás e os efeitos da inflexibilidade das usinas no MRE e GSF.

A Abraget afirmou, de início, que não teve qualquer ingerência na lei aprovada pelo Congresso Nacional, que teria sido de iniciativa do MME, e que as narrativas subsequentes, na imprensa e no próprio setor, desconsideram os benefícios da geração termelétrica e só destacam os custos associados. De forma a explicitar os benefícios enxergados pela Abraget, houve apresentação da Thymos, que abordou as diretrizes da lei e detalhou pontos do Decreto 11.042/2022, tratando dos aspectos técnicos e financeiros relacionados à construção e utilização de usinas termelétricas, como o aumento de segurança na operação do SIN e as contrapartida financeiras dos custos provenientes da implantação desse tipo de empreendimentos.

Ao final, as duas associações comprometeram-se a continuar a manter uma pauta de discussão, com o propósito de consolidar um entendimento comum sobre os avanços necessários no nosso modelo setorial.

MME realiza workshop sobre o decreto que regulamenta artigos da Lei de Desestatização da Eletrobras

No dia 29.04 o MME realizou um workshop para esclarecer as condições de contratação de energia elétrica provenientes de empreendimentos hidrelétricos de até 50 MW e termelétricos provenientes de gás natural. O evento tem como objetivo esclarecer o Decreto 11.042/2022, que regulamenta artigos da Lei de Desestatização da Eletrobras para contratação de energia elétrica (14.182/2021). Para que seja discutida a sistemática da contratação das hidrelétricas e térmicas das quais o decreto diz respeito será aberta uma consulta pública.

Aneel discutirá regras para exportação de energia com Argentina e Uruguai

Está na pauta da reunião de Diretoria Aneel do dia 03.05 a abertura de Consulta Pública para colher informações adicionais para a aprovação das regras e dos procedimentos de comercialização que dizem respeito à Portaria nº 418/2019, do MME, sobre as diretrizes para a exportação de energia elétrica interruptível sem devolução para a República Argentina e para a República Oriental do Uruguai, proveniente de usinas termelétricas.



O que esteve na pauta da Câmara?

Em pronunciamento na terça-feira, 26.04, o presidente da Câmara, Arthur Lira, deu um panorama da pauta da Casa. Com medidas provisórias perto de caducarem, está sendo dada prioridade para a deliberação dessas matérias. No dia 26, por exemplo, foi aprovada a MP que discute o transporte aéreo. No dia seguinte, o Plenário aprovou a MP que institui benefício para as famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil. A aposta do Governo é que esse programa seja a sua marca. Falta ainda deliberação do Senado para sua conclusão. Também está na agenda, para a primeira semana de maio, projeto de lei que discute o piso salarial da enfermagem.

E o PL 414?

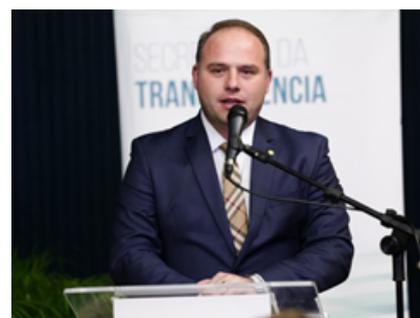
Em live da Jovem Pan, o relator, deputado Fernando Coelho Filho, disse que o texto estaria sendo finalizado nessa semana. Como se sabe, a proposta é primeiramente aprovar requerimento de urgência para que, em seguida, a matéria seja deliberada em Plenário. Acredita-se que, uma vez finalizado o relatório, fruto de negociações políticas abrangentes, não haverá grandes empecilhos para que o requerimento de urgência seja apresentado e aprovado.

A semana foi agitada na Câmara

A última semana foi marcada pela Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, encontro marcado pela apresentação da pauta dos prefeitos aos Poderes Legislativo e Executivo. Nessa esteira, os parlamentares estavam com parte de sua agenda tomada por pleitos municipalistas. Além da Marcha, a Câmara instalou suas comissões permanentes. Como era esperado pela divisão entre os partidos, a Comissão de Minas e Energia (CME) ficou sob a presidência do deputado Fábio Shiochet (União-SC).

Fábio Shiochet (União-SC), novo presidente da CME

Deputado em seu primeiro mandato, era filiado ao PSL, partido que se uniu ao DEM e originou o União Brasil. Já ocupou o cargo de Secretário de Comunicação Social da Câmara e foi suplente da CME em 2019. Na sua posse, destacou que uma de suas prioridades será baixar o preço do combustível.



Vetos da Eletrobras

O Congresso realizou sessão, na última quinta, para deliberar os vetos que trancavam a pauta. Na ocasião, os seguintes dispositivos vetados pelo Presidente Jair Bolsonaro na Lei da Eletrobras foram mantidos:

- Terá prioridade para utilização dos recursos previstos na Lei a realocação de unidades residenciais que estejam localizadas na faixa de servidão de linhas de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV em região metropolitana das capitais dos Estados.

- A Eletrobras deverá realocar toda e qualquer população que esteja na faixa de servidão de linhas de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV em região metropolitana das capitais dos Estados, em prazo de até cinco anos após o processo de desestatização estabelecido no art. 1º da Lei, por meio de recursos aportados no Programa Casa Verde e Amarela, instituído pela Lei 14.118/2021, e a faixa de servidão poderá ser utilizada para implantação de pavimentação rodoviária.

Regulamentação do mercado de criptomoedas

O Plenário do Senado aprovou substitutivo ao PL 4.401 de 2021, que dispõe sobre diretrizes a serem observadas na prestação de serviços de ativos virtuais. A matéria aprovada prevê que, até 31 de dezembro de 2029, serão concedidos benefícios fiscais sobre a importação, a industrialização ou a comercialização de máquinas e ferramentas computacionais utilizadas nas atividades de processamento, mineração e preservação de ativos virtuais que utilizarem em suas atividades 100% de energia elétrica de fontes renováveis. A matéria retorna para deliberação final da Câmara dos Deputados. Confira o texto aprovado no Senado no [link](#).

 **PRÓXIMA
SEMANA**

03.05 – Terça-feira: Abraceel realiza reuniões com diversos deputados federais para tratar da portabilidade da conta de luz.

04.05 - Quarta-feira: Abraceel se reúne com a Conselheira Roseane Santos da CCEE para debater segurança de mercado, às 15h.

05.05 - Quinta-feira: Rodrigo Ferreira, presidente executivo da Abraceel, participa do Seminário Internacional "O Consumidor do Futuro", promovido pela Aneel, para debater os anseios do consumidor em um mercado liberalizado de energia, em São Paulo, às 10h30.